
PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL E ASPECTOS PARTIDÁRIOS DE UMA ELITE POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP

SOCIO-OCCUPATIONAL PROFILE AND PARTISAN ASPECTS OF A
POLITICAL ELITE IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA-AP

PERFIL SOCIOOCUPACIONAL Y ASPECTOS PARTIDARIOS DE UNA
ÉLITE POLÍTICA DEL MUNICIPIO DE SANTANA-AP

Miquéias Serrão Marques¹

<http://lattes.cnpq.br/7900715076078166>

<https://orcid.org/0000-0002-1859-7824>

José Luis dos Santos Leal²

<http://lattes.cnpq.br/0778815281822241>

<https://orcid.org/0000-0002-2021-1388>

RESUMO: o estudo apresenta resultados sobre o perfil social e político de uma elite política composta por vereadores/as eleitos/as do município de Santana/AP entre 2000 e 2020. Realizou-se a descrição e análise do perfil sócio-ocupacional e trajetória política dos parlamentares reeleitos. A identificação da elite política foi realizada através do método posicional de Mills. Utilizou-se a estatística descritiva, banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e fontes documentais. Identificou-se que a maioria relativa das ocupações são de vereadores/as, professores/as, servidores públicos e empresários. Em relação a ocupação de vereador, há um subgrupo político de vinte e quatro lideranças e foi possível classificar um grupo de três atores políticos que se encontram no topo da hierarquia da elite política local. São majoritariamente do sexo masculino, nasceram na capital Macapá, com grau de instrução superior completo, pertencem a partidos de centro-direita e de direita. No subgrupo é possível identificar um agrupamento familiar pertencente a partidos de centro-esquerda e com influência no sistema partidário local, mas que não se constitui em uma linhagem política tradicional.

Palavras-Chave: Amazônia; Elites políticas locais; Sistema partidário.

¹ Professor Assistente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), na área de Sociologia. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP – UFPA). É integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão – (GEPPEG – UEAP). E-mail: miqueias.marques@ueap.edu.br.

² Sociólogo da Fundação Jari – Grupo Jari. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH – UNIFAP), com área de concentração em História Social. É integrante do Laboratório de Estudos de História Social do Trabalho na Amazônia. E-mail: csluisleal@gmail.com.

ABSTRACT: this study presents findings on the social and political profile of a political elite composed of elected council members in the municipality of Santana/AP between 2000 and 2020. It includes the description and analysis of the socio-occupational profile and political trajectory of reelected legislators. The identification of the political elite was conducted using Mills's positional method. Descriptive statistics, a database from the Superior Electoral Court (TSE), and documentary sources were utilized. The study identified that the relative majority of occupations includes council members, teachers, public servants, and businesspeople. Regarding the occupation of council member, a political subgroup of twenty-four leaders was identified, with a classification of three political actors at the top of the local political elite hierarchy. They are predominantly male, born in the capital city of Macapá, hold higher education degrees, and belong to center-right and right-wing parties. Within the subgroup, a family grouping affiliated with center-left parties and influential in the local party system was identified, although it does not constitute a traditional political lineage.

Keywords: Amazon; Local political elites; Party system.

RESUMEN: el estudio presenta resultados sobre el perfil social y político de una élite política compuesta por concejales electos en el municipio de Santana/AP entre 2000 y 2020. Se realizó la descripción y análisis del perfil socioocupacional y trayectoria política de los parlamentarios reelectos. La identificación de la élite política se llevó a cabo a través del método posicional de Mills. Se utilizó estadística descriptiva, banco de datos del Tribunal Superior Electoral (TSE) y fuentes documentales. Se identificó que la mayoría relativa de las ocupaciones son de concejales, profesores, servidores públicos y empresarios. En relación a la ocupación de concejal, hay un subgrupo político de veinticuatro liderazgos y fue posible clasificar un grupo de tres actores políticos que se encuentran en la cima de la jerarquía de la élite política local. Son mayoritariamente del sexo masculino, nacidos en la capital Macapá, con grado de instrucción superior completo, pertenecen a partidos de centroderecha y de derecha. En el subgrupo se puede identificar un agrupamiento familiar perteneciente a partidos de centroizquierda y con influencia en el sistema partidario local, pero que no constituye un linaje político tradicional.

Palabras-Clave: Amazonía; Élites políticas locales; Sistema partidario.

INTRODUÇÃO

A pesquisa versa sobre o campo de estudos de elites políticas e faz parte de uma abordagem clássica das Ciências Sociais, em especial da Sociologia e Ciência Política (Codato; Perissinoto, 2015). Várias são as possibilidades de análise quando pensamos o perfil social de elites políticas a partir dos municípios da região norte do Brasil e os processos de formação sociopolítica na Amazônia.

Os projetos de desenvolvimento do capitalismo na Amazônia brasileira marcaram o processo de ocupação territorial e urbanização tardia do nosso *locus* de pesquisa, o município de Santana, localizado no Estado do Amapá. A instalação do Projeto da Indústria de Comércio e Minério – ICOMI em 1956 e a exploração do manganês no atual município de Serra do Navio estão inseridos nessa dinâmica socioeconômica e geopolítica da região. Nessa conjuntura, a cidade de Santana foi um território estratégico deste projeto e sediou uma das *Company Towns*, localizada no bairro Vila Amazonas, próximo à área portuária.

Esse movimento de relevância histórica de Santana para a região amazônica nos permitiu problematizar alguns aspectos da formação da elite política local. Assim, através das variáveis ocupação/profissão e partidos políticos foi possível compreender aspectos do processo de formação dessa elite política. Nesse contexto, quais são as principais ocupações/profissões e legendas partidárias que assumiram posição de destaque no interior da elite política entre 2000 a 2020. O principal objetivo foi analisar o perfil sócio-ocupacional, a trajetória política dos vereadores reeleitos e a relevância de seus partidos para o processo de estruturação da elite política local.

Utilizou-se nos procedimentos metodológicos a estatística descritiva, banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fontes documentais disponíveis na internet e informações do Portal da Câmara de Vereadores de Santana. A identificação da elite política ocorreu através do método posicional de Mills (1981) e permitiu a classificação de vinte e quatro lideranças locais que foram reeleitas pelo menos uma vez e um subgrupo com três lideranças que se posicionaram no topo da hierarquia política local. O subgrupo pertence majoritariamente ao sexo masculino, nasceram na capital Macapá, com grau de instrução superior completo, pertencem a partidos de centro-direita, direita e de esquerda e foram decisivos para o processo de estruturação do sistema partidário local.

O artigo estrutura-se em três seções: a primeira contém uma síntese da discussão teórica sobre a teoria das elites; a segunda destaca as características da formação social e histórica do *locus* da pesquisa, assim como o perfil ocupacional de setenta e seis vereadores/as que foram eleitos/as e reeleitos/as de 2000 a 2020; o terceiro classifica as principais legendas e blocos partidários que contribuíram na sistematização partidária do legislativo municipal³.

³ Os resultados preliminares foram apresentados no Grupo de Trabalho “Partidos, Eleições e Sistemas Partidários e Eleitorais” durante o “II Encontro Internacional de Sociologia, Política, Direito e História Intelectual” (2020). O presente artigo é um desdobramento final dessa primeira incursão sobre o perfil social da referida elite. A pesquisa articulou as ocupações prévias à entrada na Câmara de Vereadores e a rotinização de mandatos eletivos mediante o mecanismo de reeleição e filiação partidária.

ASPECTOS TEÓRICOS DA TEORIA DAS ELITES

O surgimento das democracias representativas gerou uma série de mudanças nas relações entre os partidos políticos e os eleitores. O acirrado “mercado dos votos” das “democracias de massa” trouxe desdobramentos de ordem política e social (Weber, 2011), assim como os princípios da tradição socialista do século XIX e XX. A popularização das categorias “elite política”, “teoria das elites” e “elitismo” advém da crítica a este duplo movimento histórico que ocorreu na esfera política do ocidente moderno: o caráter idealista das doutrinas políticas da democracia liberal e socialista (Bottomore, 1974; Grynszpan, 1999; Hollanda, 2011).

Os elitistas clássicos, como ficaram conhecidos Mosca (1966), Pareto (1984) e Michels (1982), deram contribuições substanciais para este campo de estudo. Os conceitos e categorias analíticas que tais autores desenvolveram, dentre eles, “classe dirigente” e “classe dirigida” (Mosca, 1966), “circulação das elites” (Pareto, 1984) e a “lei de ferro das oligarquias” (Michels, 1982) desdobraram-se em várias perspectivas de análise contemporânea.

O norte-americano Mills (1981) é um dos que se destaca nos estudos contemporâneos sobre elites políticas com sua tese da “elite do poder”, uma perspectiva metodológica (método posicional) que impactou esta área de estudos. Para Mills, a posição formal e a capacidade de mando ocupada por indivíduos das “altas rodas” de organizações empresariais, instituições políticas, associações, burocracias governamentais e militares exercem influência direta nas decisões políticas.

Este método permite identificar os membros de uma elite mediante a posição ocupada por seus participantes em um dado contexto institucional e organizacional, classificando-os de acordo com a posição ocupada dentro do sistema hierárquico.

O processo de identificação nesse contexto formal pode ser observado, por exemplo, na dimensão do sistema político, como as instituições do poder executivo e legislativo; na dimensão econômica, as empresas; e, na dimensão jurídica, os tribunais e afins (Farias Filho, 2011a, p. 179). As limitações metodológicas deste tipo de abordagem referem-se aos indivíduos que possuem “poder de veto” ou atributos e reconhecimento social, embora não ocupem posições de destaque formal (Farias Filho, 2011a, p. 179).

As pesquisas que se destacam nos estudos regionais/locais com abordagem integral ou parcial sobre elites são: Farias Filho (2011a; 2011b), Galindo (2017) e Reis *et al.*, (2018).

Estas elucidaram na proposição teórica ou operacionalização metodológica os estudos elitistas.

A pesquisa de Galindo (2017, p. 109) faz enunciados sobre a política local de Macapá-AP e indica a presença de pelo menos sete “grupos familiares expressivos” nas estruturas eletivas de poder, o que torna o “campo político” local um espaço de disputas com diversas clivagens políticas que envolvem famílias políticas, grupos de interesses e atores políticos isolados, de modo que no campo político municipal e estadual não se tem, por várias razões, a existência de oligarquias políticas consolidadas de perfil familiar e tradicional.

Através da noção de campo político de Bourdieu, a pesquisa de Reis, Rocha e Carmo (2018, p.16) identificou a presença de famílias que se notabilizaram pela detenção de cargos no Poder Legislativo Estadual (Assembleia Legislativa do Amapá – ALAP) no período de 1994 a 2014, o que dialoga com enunciados de Galindo (2017), pois algumas conseguiram projetar lideranças aos cargos do Poder Executivo Municipal, Poder Executivo Estadual e Congresso Nacional.

A pesquisa de Farias Filho (2011a, p. 183) identificou que as elites políticas locais em regiões amazônicas passam por processos de recrutamento, formação e renovação diferenciada a depender dos níveis de urbanização, densidade demográfica, desenvolvimento socioeconômico e inter-relacionamentos com estruturas políticas estatais a nível federal ou estadual.

Assim, uma das perspectivas metodológicas esboçadas pela pesquisa de Farias Filho (2011b) para cenários políticos da região amazônica identificou que o método de posição institucional possibilita listar uma quantidade considerável de indivíduos e grupos que podem ser nomeados de elite. Embora possa apresentar limitações metodológicas quando não combinado a outras abordagens, a identificação da elite política pelo viés da posição institucional em certos municípios amazônicos torna-se consistente em virtude dos processos de formação histórica dos grupos políticos e variadas formas de participação das esferas do Estado no contexto local (Farias Filho, 2011b, p. 39).

Em pesquisa introdutória de Marques e Leal (2020, p. 294) foi identificado que as variáveis sociais de gênero, faixa etária, origem social e grau de instrução são determinantes que exercem relativa influência para obtenção de vitórias eleitorais para a Câmara de Vereadores de Santana-AP. O perfil social dessa elite política caracteriza-se pela sobrerrepresentação do gênero masculino.

Os fluxos migratórios exerceram influência na caracterização do perfil social, pois o legislativo santanense teve apenas 13 (19,12%) parlamentares nascidos da própria cidade. Um total de 34 (50,00%) vereadores são oriundos da capital Macapá e 18 (26,47%) são do Estado do Pará, com destaque para o arquipélago do Marajó.

De um total de 76 representantes, foram eleitas apenas 12 (15,79%) mulheres durante todo o período. Isso indica a magnitude da sobrerrepresentação política de homens no legislativo local, um total de 64 (84,21%) vereadores. A análise indica que o déficit de representatividade política feminina não está alheio aos achados de pesquisas de outras regiões do país, pois existe uma predominância de homens nas câmaras municipais que se mantém expressiva de 1996 a 2004, o que pode ser observado também nos parlamentos estaduais e nacionais para este período (Kerbaux, 2005, p. 340).

FORMAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS DA ELITE POLÍTICA

O nome do município foi herdado do desbravador regional Francisco Portillo de Melo, o qual era devoto de Nossa Senhora Santa Ana, atualmente padroeira da cidade. A região tem origem em um pequeno povoamento por volta de 1753 e passa pelo crescimento demográfico na segunda metade do século XX quando é instalado o projeto da Indústria de Comércio e Minério – ICOMI (1956).

Ao sediar a instalação da empresa, o fluxo migratório para a região foi o principal vetor de expansão populacional e urbanização em virtude da criação da *Company Town* no bairro Vila Amazonas (LIMA, 2013, p. 34). Em 1967 é instalada a empresa holandesa de compensados Bruynzeel Madeiras S/A – Brumasa, e na década de 1970 a empresa Amapá Celulose S/A – Amcel instala a produção de *pinus* (Tostes *et al.*, 2015, p. 154).

A organização do espaço amapaense e seu processo de urbanização ocorreu em virtude de alguns fatores, dentre eles: 1) defesa da região de fronteira; 2) criação do Território Federal do Amapá; 3) exploração mineral e atividades industriais desenvolvidas pela ICOMI e Complexo Industrial do Jari, inseridos em torno de grandes projetos para a Amazônia; 4) avanço da fronteira agrícola, criação de novos municípios, estadualização, criação de áreas protegidas e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS (Porto, 2009, p. 08).

O movimento de estadualização em 1988 trouxe uma série de mudanças de ordem política, econômica e político-administrativa para a região. A criação do município de Santana insere-se nesse contexto.

O Mapa 01, abaixo, indica na cor cinza os 16 municípios que compõem o Estado do Amapá e de laranja a localização do município de Santana:

Mapa 01: localização do município de Santana – AP.



Fonte: elaborado pelos autores Map Chart (2023).

O município está localizado na foz do Rio Amazonas, com população de 107.373 habitantes (IBGE, 2023) e pertencente a Região Metropolitana de Macapá (RMM). O processo de constituição da RMM Macapá e Santana podem ser compreendidas através de “relações de complementaridade de funções” e “centros de referência” para os demais municípios do estado (Porto, 2009, p. 09), pois acomodam os principais centros de serviços do setor terciário da economia local, no qual se destaca o Distrito Industrial de Santana e o Sistema Portuário de Santana – o Porto de Santana (Tostes *et al.*, 2015, p. 155), o que permite caracterizar Santana como cidade média devido a relevância para a rede urbana regional (Porto, 2009, p. 09).

Segue abaixo a Imagem 01 que indica a localização do Porto da Companhia Doca de Santana:

Imagem 01: Porto da Companhia Doca de Santana-AP



Fonte: Google Earth (2023).

A posição geográfica do Porto de Santana possibilita o atracamento de embarcações de grande porte (11 metros de calado), cuja capacidade se compara aos grandes portos de outras regiões do país e América Latina: “pela sua posição geográfica privilegiada, tornou-se uma das principais rotas marítimas de navegação, permitindo conexão com portos de outros continentes, além da proximidade com o Caribe, Estados Unidos e União Europeia [...]” (Porto, 2009, p. 11). Além disso, a posição geográfica do Amapá e do Porto de Santana interage com os serviços de exportação e importação em escala local, regional e global em virtude do referido posicionamento privilegiado e estratégico (Porto, 2009, p. 11; Tostes *et al.*, 2015, p. 154).

A produção de pesquisas com foco na região amazônica deve levar em consideração, dentre vários aspectos, a complexa diversidade de estratégias de legitimidade política e social mobilizadas nos processos eleitorais e no curso dos mandatos, levando-se em consideração o contexto de formação histórica, econômica e sociodemográfica da região.

O uso de instrumentais teórico-metodológicos que forneçam suporte a recortes com este tipo de abordagem deve possibilitar a tipificação, caracterização ou categorização dos tipos de lideranças/grupos políticos que compõem a política oficial em cidades médias, como o município de Santana.

O perfil das ocupações declaradas pelos candidatos representa um total de 15 e foram distribuídas na Tabela 01.

TABELA 01 – Ocupações

Ocupações	2000 N	2004 N	2008 N	2012 N	2016 N	2020 N	Total 1 N	Total %
Administradores/as	-	-	-	-	-	1	1	1,32%
Advogados/as	-	-	-	-	1	1	2	2,63%
Contador/as	-	-	-	-	-	1	1	1,32%
Economistas	-	-	-	1	-	-	1	1,32%
Empresários/as	-	1	-	1	4	1	7	9,21%
Enfermeiros/as	-	-	1	2	1	-	4	5,26%
Engenheiro/as	-	-	-	-	-	1	1	1,32%
Fisioterapeutas	-	-	1	1	-	-	2	2,63%
Jornalistas	1	-	-	-	-	-	1	1,32%
Odontólogos/as	-	-	-	-	1	1	2	2,63%
Outros	2	2	-	1	3	1	9	11,84%
Policiais civis e militares	-	-	1	1	-	1	3	3,95%
Professores/as	2	3	2	1	1	2	11	14,47%
Servidores/as Públicos/as	2	1	3	1	-	-	7	9,21%
Vereador/as	6	3	2	4	4	5	24	31,58%
Total Geral	13	10	10	13	15	15	76	100,00%

Fonte: elaborado a partir do banco de dados do TSE e Câmara de Vereadores de Santana (2024).

Dentre as categorias sócio-ocupacionais merece destaque a de vereadores, com um total de 24 (31,58%). Seguido da ocupação de professores 11 (14,47%), outras ocupações diversas 9 (11,84%), servidores públicos 7 (9,21%) e empresários 7 (9,21%).

O maior percentual de vereadores reeleitos aconteceu nas eleições de 2000, com um total de 6 (7,89%). Valor aproximado só voltou a ocorrer nas eleições de 2020, com um total de 5 (6,58%) reeleitos. O menor quantitativo de reeleitos ocorreu no pleito de 2008, com 2 (2,63%). Isso coincidiu com a diminuição do quantitativo de cadeiras, cujas regras eleitorais já haviam estabelecido desde a eleição de 2004 que o número de cadeiras seria reduzido de 13 para 10. Na eleição de 2012, a quantidade de cadeiras voltou ao quantitativo de 13 e em 2016 passaram para 15. Assim, percebemos que em nenhuma das eleições houve renovação integral do parlamento.

Deste subgrupo de 24, selecionamos apenas os reeleitos que passaram pelo menos por três legislaturas. Investigar aspectos sócio-ocupacionais e político-partidários destes nos

ajudará na caracterização e sistematização de condicionantes que posicionam este subgrupo como os mais prestigiados. Com base no perfil sociopolítico construído, a partir deste grupo de 24 vereadores reeleitos, um total de 4 se destacam, conforme a Tabela 02:

TABELA 02: Reeleitos⁴

Vereadores	Diogo de Souza Ramalho	Claudio de Moraes Guedes	Josivaldo dos Santos Abrantes
Idade e origem social	53 anos. Natural de Macapá	57 anos. Natural de Macapá	49 anos. Natural de Macapá
Grau de instrução	Superior Completo	Superior Completo	Superior Completo
Ocupação	Vereador; Policial Civil	Vereador	Vereador; Servidor Público Federal e Economista.
Nº de mandatos	4	7	6
Partidos e ambições políticas	MDB e PL. Concorreu a Deputado Estadual por 2 vezes (suplente)	PL, União Brasil, PSDB, PRD, CIDADANIA e PSL.	PL, PSDB e PDT. Concorreu ao Senado como 2º suplente.

Fonte: elaborado a partir do banco de dados do TSE e Câmara de Vereadores de Santana (2024).

Diogo Ramalho consolidou-se como uma das lideranças locais desde a primeira eleição para a Câmara de Vereadores. Com menos de 30 anos, oriundo de Macapá, com curso superior completo e sendo policial civil, ele se posicionou institucionalmente ao longo dos quatro mandatos pelos partidos MDB e PL. Candidatou-se ao cargo de Deputado Estadual em duas oportunidades, tornando-se suplente.

Se Diogo Ramalho se estabeleceu na política local ao longo da década de 90, o vereador Josivaldo Abrantes “Rato” faz parte dessa geração de vereadores que se consolidou no poder nas duas últimas décadas, tornando-se uma liderança expressiva do período atual. Também ingressou na carreira parlamentar com menos de 30 anos, oriundo de Macapá, com curso superior completo, declarando-se ao TSE ao longo desse período nas ocupações de vereador, servidor público federal e economista. O parlamentar constrói trajetória política

⁴ Alguns partidos que mudaram de nomenclatura: **Avante:** antigo Partido Trabalhista do Brasil – **PT do B;** **Cidadania:** antigo Partido Popular Socialista – **PPS;** **Democracia Cristã:** antigo Partido Social Democrata Cristão – **PSDC;** **União Brasil:** antigo Democratas – **DEM** e Partido da Frente Liberal – **PFL;** **PRD:** fusão do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Patriotas; **Podemos:** antigo Partido Trabalhista Nacional – **PTN;** **Progressistas:** antigo Partido Progressista Brasileiro – **PPB;** e, **Republicanos:** antigo Partido Republicano Brasileiro – **PRB.**

pelo PL e, sobretudo, pelo PSDB e PDT, siglas pelas quais passou maior período e por onde se projetou a suplência no senado.

As duas referidas lideranças realizaram poucos movimentos de migração partidária. O pragmatismo político volta-se também a filiação de partidos de expressão nacional e que no contexto local apresenta magnitude eleitoral considerável, o que se evidencia na polarização política identificada nas disputas para o cargo de executivo estadual, no qual o PDT desponta com relativo nível de audiência eleitoral em disputas ao executivo estadual e municipal.

Claudio de Moraes Guedes “Coló” exerceu até o momento sete mandatos, elegeu-se na primeira legislatura (1989-1992) pelo PL, reelegendo-se ao longo das legislaturas de 1993 a 1996 pelo DEM, 1997 a 2000 pelo PSDB, 2001 a 2004 pelo PSDB, 2005 a 2008 pelo PTB, 2013 a 2016 pelo Cidadania e exerceu seu último mandato na legislatura de 2017 a 2020 pelo PSL. De um total de 09 legislaturas, o parlamentar não exerceu mandato apenas na legislatura de 2009 a 2012, após renunciar ao pleito de 2008 pelo PTB e na última eleição de 2020, ao ficar na suplência pelo PSL.

Esse subgrupo da elite local caracteriza-se pela sobrerrepresentação masculina. Foram recrutados para o parlamento com menos de 30 anos, todos nasceram na capital e apresentam nível educacional superior. Tornaram-se políticos profissionais com trajetória política por partidos de centro e centro direita, conforme classificação proposta por Carreirão (2014, p. 282) e Bolognesi; Ribeiro; Codato (2022, p. 14) e investiram esporadicamente em cargos eletivos de maior prestígio regional/local.

A presença relevante da ocupação de professores 11 (14,47%) e servidores públicos 7 (9,21%) guarda relação com o processo de expansão demográfica e autonomia municipal de Santana. A estruturação do sistema de ensino escolar e a viabilização do acesso à educação perpassa pelo recrutamento de docentes em instituições públicas e privadas.

Em 2004 foi registrado um total de três vereadoras eleitas com a ocupação de docente, de modo que é regular a representatividade política desta ocupação dentre os eleitos, pois nas eleições de 2020, sem a presença das coligações, foram eleitas cinco mulheres, a maioria com a ocupação de professoras, são elas: Profa. Helena Lima (Solidariedade), Profa. Carmen Queiroz (PP), Elma Garcia (DEM), Profa. Diana (PSL) e Socorro Nogueira (PT). Acontecimento inédito para um legislativo sobrerrepresentado por homens. A profa. Helena Lima foi pioneira ao se tornar a primeira mulher reeleita na Câmara de Vereadores. O primeiro mandato foi conquistado pelo Patriota em 2016 (antigo PRP), cuja eleição recrutou apenas duas mulheres.

A ocupação de servidor público, embora possa ser diversificada e englobar até mesmo a ocupação de professor, também tem relação com o processo de estruturação político administrativa do município. A montagem do aparato burocrático administrativo é condição indispensável para o funcionamento da máquina pública, cuja capilaridade se faz presente através do serviço prestado pelos agentes públicos recrutados pelo Estado moderno. Nesse sentido, a representatividade política da ocupação de servidor público esteve ausente entre os eleitos apenas nas duas últimas eleições – 2016 e 2020.

Na pesquisa de Coradini (2012), o autor lembra que a ocupação prévia de candidatos em cargos públicos, junto a outros recursos sociais, é um dos condicionantes para se viabilizar em cenário de disputa e obtenção de sucesso eleitoral. A categoria de servidores públicos da esfera municipal e estadual entre os ocupantes de cargo eletivo é uma daquelas que apresenta peso considerável, conforme analisado nas eleições de 2008⁵. Mas esse tipo de evidência, pondera o autor, também pode ser identificada em eleições anteriores, como a de 2006 (Coradini, 2012, p. 698).

Quanto a ocupação de empresário, 7 (9,21%), o processo de criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, em 1991 foi um forte fomento ao comércio local e influenciou na expansão da categoria de empresários e no recrutamento destes para o contexto de formação da elite política local.

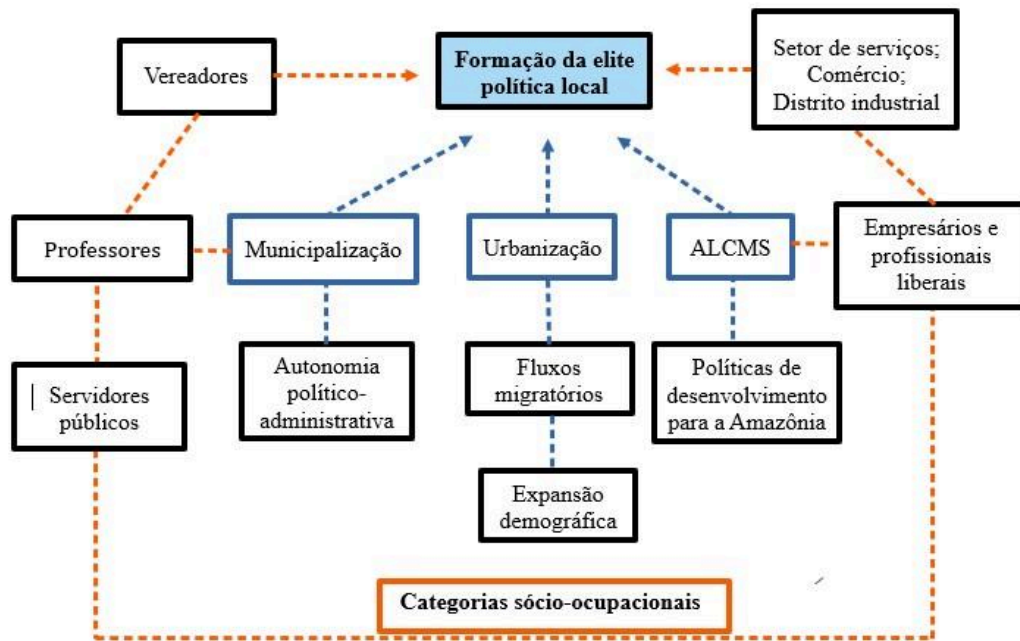
A estrutura produtiva do Estado do Amapá concentra-se no terceiro setor, cuja participação no Produto Interno Bruto – PIB, e na População Economicamente Ativa – PEA, são notórios em virtude da incipiente participação do setor primário e secundário nesses indicadores econômicos (Abrantes, 2010, p. 114). O setor terciário concentra-se na capital Macapá e Santana, onde está localizada a ALCMS, com a presença de pequenas e médias empresas ligadas ao comércio atacadista e varejista, empresas prestadoras de serviço e a administração pública (Abrantes, 2010, p. 115).

De acordo com o relatório da Suframa sobre a ALCMS, até o ano de 2013, havia 178 empresas ativas no município de Santana cadastradas na Suframa, sendo que 168 desempenhavam atividades comerciais (91%) (Suframa, 2014, p. 25)⁶.

⁵“A categoria ocupacional com maior peso, com mais da décima parte (11,04%), é a de agricultor, seguido pelos classificados como “outros” (10,45%), além de outras categorias do setor privado, como os comerciantes (9,35%), empresários (3,37%), além dos professores de ensino fundamental e médio, dentre outras” (CORADINI, 2012, p. 698).

⁶ As Zonas Francas Verdes – ZFV, constituem-se em políticas fomentadas pelo governo federal. O objetivo é promover a isenção de impostos sobre os produtos industrializados das Áreas de Livre Comércio – ALC, tornando-se um mecanismo de desenvolvimento econômico para a Região Amazônica através da agregação de

Imagem 02: Organograma da formação da elite política local



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A pesquisa de Farias Filho (2011b, p. 40) sobre as elites políticas da região amazônica identificou que nas cidades médias amazônicas o processo de surgimento de novos municípios e a estruturação produtiva através de políticas governamentais, assim como, a montagem do aparato administrativo estatal fomenta processos de formação e/ou renovação de elites, o que implica argumentar que “as elites políticas se consolidam de forma diferente em cada região, mas em todas elas há um traço característico: dependem de recursos da esfera estadual e federal de governo e de novas atividades econômicas” (Farias Filhob, 2011, p. 40).

valor às cadeias produtivas locais em vários segmentos da economia, com foco na sustentabilidade ambiental. No caso da ALCMS, a queda da exportação do manganês operado pela Indústria e Comércio de Mineração – ICOMI, no início dos anos 2000, acelerou o processo de criação da Zona Franca Verde de Macapá e Santana – ZFVMS, através do Decreto de Regulamentação n. 8.597, de 18 de dezembro de 2015 (CHELALA; CHELALA, 2020, p. 164-168).

ASPECTOS DO SISTEMA PARTIDÁRIO E DA ELITES POLÍTICA LOCAL

A Tabela 03 mostra os prefeitos eleitos ao longo da série histórica analisada, assim como, traz informações sobre os partidos que saíram vitoriosos. Percebe-se que o PL, PT, PRD e PP demonstram força política no Poder Executivo e no Poder Legislativo local. A análise dará destaque às eleições de Rosemiro Rocha (PL/PRD) e Nogueira (PT) em virtude do capital político e da força de seus partidos na Câmara de Vereadores e na prefeitura.

TABELA 03: Prefeitos eleitos

PREFEITOS ELEITOS (2000-2020)			
ANO	PREFEITO	PARTIDO	SITUAÇÃO
2000	Rosemiro Rocha Freires	PL	Eleito
2004	José Antônio Nogueira de Souza	PT	Eleito
2008	José Antônio de Souza Nogueira	PT	Eleito
2012	Robson Santana Rocha Freires	PRD	Eleito
2016	Ofirney da Conceição Sadala	DC	Eleito
2020	Sebastião Ferreira da Rocha	PP	Eleito

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do banco de dados do TSE (2024).

O PL demonstra força política através da figura histórica de Rosemiro Freires Rocha. O Ex-prefeito Rosemiro Rocha foi eleito primeiro prefeito do município pelo MDB (1989), tornando-se o primeiro chefe do executivo local após o processo de municipalização. Foi eleito Deputado Estadual para a II legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá – ALAP, pelo Partido Liberal (1995-1998) e reeleito para a III legislatura pelo mesmo partido (1999-2002), onde chegou a se licenciar para disputar a eleição para prefeito em 2000. Saiu vitorioso pelo PL, após derrotar o até então prefeito Judas Tadeu de Almeida Medeiros, “Dr. Tadeu” (PSDB). Rosemiro Rocha candidatou-se a prefeito nas eleições de 2004 pelo PL e em 2008 pelo PTB (atual PRD), ficando em segundo lugar nas duas oportunidades, após ser derrotado nas urnas por José Antônio Nogueira, “Nogueira” (PT).

Ao longo de sua trajetória política, Rosemiro Rocha tornou-se uma das principais lideranças da elite política local e notório articulador político. No imaginário político, esta

liderança notabilizou-se pelo perfil populista, carismático e sua biografia política é um dispositivo de análise quando se pensa a história política de Santana. Na transição para os anos 2000 e as acirradas disputas pelo cargo de prefeito colocaram Rosemiro Rocha e Nogueira como adversários políticos que polarizaram as eleições em 2004 e 2008.

A família Rocha experimenta rápido processo de ascensão em meados da década 2000 quando Rosemiro Rocha elege-se prefeito (2000-2004), vindo do legislativo estadual e o filho Robson Santana Rocha Freires é eleito prefeito em 2012 pelo PRD. A filha Mira Rocha foi eleita Deputada Estadual em 2010 pelo PRD. A ex-esposa de Rosemiro Rocha foi eleita Deputada Federal pelo PRD em 2014. Sendo assim, a conquista de mandatos eletivos pelo círculo familiar de Rosemiro Rocha representou parte da herança do seu capital político.

Do ponto de vista do método posicional, a família Rocha perdeu espaço nos últimos anos na política local. Embora o atual prefeito Sebastião Rocha, eleito pelo PP para o mandato de 2020/2024, seja primo de Rosemiro Rocha, Sebastião Rocha foi eleito tendo como um dos principais articuladores durante a campanha o ex-prefeito Nogueira e como vice-prefeita Isabel Nogueira, ambas do PT. Sebastião Rocha possui longa experiência enquanto político profissional. Obteve mandatos de Deputado Estadual pelo PSDB (1991-1994), Senador pelo PDT (1995-2003) e Deputado Federal por dois mandatos também pelo PDT (2007-2011; 2011-2015) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

O PT aparece como outra força política no cenário da política local. Nogueira projeta-se na política local através do mandato de vereador (1996-2000), reelegendo-se vereador (2000-2004), mas em 2002, também pelo PT, assume o cargo de Deputado Federal para a legislatura de 2003 a 2006. Licencia-se para concorrer ao cargo de prefeito e em 2004 é eleito prefeito de Santana, reeleito em 2008 e esteve na articulação política em 2020 na campanha exitosa de Sebastião Rocha (PP). A família Nogueira conseguiu ocupar 7 mandatos através da influência do capital político de Nogueira e do partido.

O processo de articulação e estratégia política entre a família Nogueira e Sebastião Rocha demonstrou um movimento de rearticulação política na aliança histórica entre o PT e PC do B. Na oportunidade, na eleição de 2020, o PT apoiou o PP de Sebastião Rocha e o PCdoB lançou candidatura própria através de Marcivânia Flexa (Profa. Marcivânia) que havia se candidatado para o cargo de prefeita pelo PT nas eleições de 2012, pelo PC do B em 2016 e 2020, na qual ficou em segundo lugar nas três disputas. De acordo com o Portal da Câmara dos Deputados (2022), a profa. Marcivânia Flexa obteve até o momento três mandatos de

deputada federal (2011-2015; 2015-2019; 2019-2023), oscilando na migração entre as siglas do PT e PCdoB.

No campo da vereança, os dados sobre os vinte partidos ajudam na caracterização formal do sistema partidário que se institucionalizou a partir da década de 2000. Como mostra a Tabela 04, os seis principais partidos que se destacam nesse processo de vinte anos de disputas eleitorais são: PL, União Brasil, PT, PDT, Cidadania e PSD.

TABELA 04 – Partidos políticos

PARTIDOS	2000	2004	2008	2012	2016	2020	Total	Total
	N	N	N	N	N	N	N	%
AVANTE	1	1	-	-	-	2	4	5,26%
CIDADANIA	-	1	2	1	-	1	5	6,58%
DC	-	-	-	-	1	-	1	1,32%
UNIÃO BRASIL	3	1	1	2	1	1	9	11,84%
MDB	-	1	1	1	-	-	3	3,95%
PRD	-	-	-	-	3	-	3	3,95%
PC do B	1	1	-	-	1	1	4	5,26%
PDT	1	1	1	-	1	2	6	7,89%
PL	2	2	-	2	3	1	10	13,16%
PMB	-	-	-	-	1	-	1	1,32%
PODEMOS	-	-	-	1	1	-	2	2,63%
PP	-	-	-	-	-	1	1	1,32%
PSB	1	-	-	1	-	-	2	2,63%
PSD	1	-	-	2	1	1	5	6,58%
PSDB	2	-	1	1	-	-	4	5,26%
PSL	-	-	-	-	1	1	2	2,63%
PT	1	1	2	2	1	1	8	10,53%
PRD	-	1	2	-	-	1	4	5,26%
REPUBLICANOS	-	-	-	-	-	1	1	1,32%
SOLIDARIEDADE	-	-	-	-	-	1	1	1,32%
Total Geral	13	10	10	13	15	15	76	100,00%

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do TSE e Câmara de Vereadores de Santana (2024).

O PL elegeu ao todo 10 (13,16%) vereadores, sendo que o maior quantitativo de eleitos ocorreu nas eleições de 2016 e o único pleito em que não houve representantes foi em 2008. Quando cruzamos com os dados dos políticos profissionais identificados na variável ocupação, percebe-se que Diogo Ramalho e Coló obtiveram mandatos por esta legenda partidária. Nesse conjunto de dez representantes apenas Diogo Ramalho se reelegeu pelo

partido nas eleições de 2000 e 2004. Os sete mandatos restantes foram ocupados por diversos representantes.

Quando agregamos informações do sítio do legislativo municipal, anteriores as eleições de 2000, podemos observar que os vereadores Coló e Rato também conquistaram seus primeiros mandatos por esta legenda. O primeiro deles na primeira legislatura e o segundo na terceira legislatura. Ou seja, a trajetória política de sucesso dessa elite política teve início pelo partido mais representativo.

Na segunda posição aparece o União Brasil com 9 (11,84%) vereadores eleitos. Um total de 3 (3,95%) desses representantes foram eleitos em 2000. Nesse período histórico a legenda manteve a regularidade de eleger pelo menos um representante a cada pleito. Todos foram eleitos para um mandato e não existem casos destes se reelegerem pela mesma legenda. Cabe destacar também que o vereador Coló obteve um dos sete mandatos pela sigla na segunda legislatura (1993 a 1996).

Na terceira posição aparece o PT com 8 (10,53%) vereadores eleitos. Assim como o União Brasil, o PT é um partido que apresenta regularidade de mandatos, elegendo pelo menos um representante desde as eleições de 2000. Entretanto, diferente do PL e União Brasil, a sigla já reconduziu ao mandato a maioria absoluta dos seus vereadores eleitos, como foi o caso de José Luiz Nogueira de Souza (Zé Luiz) nas eleições de 2004 e 2008, o vereador José Roberto Afonso Pantoja (Prof. Zé Roberto) nas eleições de 2008 e 2012 e a vereadora Antônia do Socorro Nogueira de Souza (Socorro Nogueira) nas eleições de 2016 e 2020.

Dentre os dois últimos que restaram desse grupo, destaca-se José Antônio Nogueira de Sousa (Nogueira). Foi o primeiro vereador que apareceu pelo PT com mandato dentro da série histórica (1996-2000). O partido é o único a reconduzir com relativa regularidade seus representantes ao legislativo local.

Na quarta posição temos o PDT com 6 (7,89%) cargos eletivos. Ainda que apareça nesta colocação, a sigla é um partido que mantém relativa regularidade de assentos no legislativo. Não projetou representantes apenas nas eleições de 2012. O vereador Rato foi o único a se reeleger pela legenda nas eleições de 2016 e 2020, constituindo-se, atualmente, em uma das principais lideranças locais da sigla. Também foi pelo PDT que Santana elegeu sua primeira vereadora, Ester de Paula, nas eleições de 2000.

A quinta posição é dividida entre o Cidadania e o PSD, cada qual com 5 (6,58%) vereadores. Em relação ao PSD, nas eleições de 2012, dois de seus representantes eleitos, a saber, Adelson Borges Rocha (Adelson Rocha) e Robson Roger Cordeiro Coutinho (Robson

Coutinho) eram filiados ao Cidadania e foram eleitos em 2008 para exercerem os respectivos mandatos pela referida legenda. Isto é, a reeleição das lideranças acima ocorreu, dentre vários fatores, pela estratégia de migração partidária do Cidadania para o PSD. Em relação ao Cidadania, um dado relevante é que um dos mandatos conquistados pelo vereador Coló foi pela sigla em 2012.

Assim, embora tais legendas não tenham a mesma regularidade de representantes identificadas nas demais, configuram-se como partidos com capacidade de projetar lideranças locais. No contexto de descrição dessa engenharia partidária, o Avante, PCdoB, PSDB e PRD, cada qual com 4 (5,26%) representantes, formam um bloco de variado espectro ideológico capaz de projetar mandatos, pois juntos representam 16 (21,04%) cadeiras de um total de 76 (100%), mas sem a relevância eleitoral identificadas entre os partidos com maior capacidade de aglutinar preferências. Contudo, esse bloco em conjunto pode ser considerado uma força partidária secundária.

O terceiro bloco é composto por partidos heterogêneos, os quais projetaram entre 1 e 3 vereadores, são eles: DC (1), MDB (3), PRD (3), PMB, PODEMOS (2), PP, PSB (2), PSL (2), Republicanos (1) e Solidariedade (1). Estes representam um total de 17 (22,38%) cadeiras.

Por se tratar de um sistema político partidário que se estrutura concomitante ao processo de redemocratização e autonomia municipal com condições históricas e institucionais específicas, a emergência dessa elite local ao passo que se legitima consegue estruturar formalmente o sistema partidário local, cujas características são: O PL, União Brasil, PT, PDT, Cidadania e PSD formam um bloco partidário de maior força no legislativo municipal. Representam um conjunto de 43 (56,58%) cadeiras de um total de 76 (100%).

Os candidatos que se lançam por tais partidos relevantes, sobretudo, do sexo masculino, têm relativas chances de se elegerem quando comparados aos que se lançam por outras legendas. As chances são maiores quando se trata do PL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tratou do tema das elites políticas no município de Santana, localizado na Amazônia amapaense. Indagou-se sobre as principais ocupações/profissões e legendas partidárias que assumiram posição de destaque no interior da elite política local dentro da série histórica de 2000 a 2020. O principal objetivo foi analisar o perfil sócio-ocupacional, a

trajetória política dos vereadores reeleitos e a relevância de seus partidos para o processo de estruturação dessa elite política.

As categorias sócio-ocupacionais (vereadores, professores, servidores públicos e empresários) que compõem a elite política local se formam e se estruturam a partir do processo de municipalização, expansão demográfica, urbanização, montagem político administrativa da máquina pública e da criação da ALCMS (política de desenvolvimento regional).

Em Santana, a elite política municipal não apresenta linhagens políticas familiares expressivas. A família Nogueira se apresenta relativamente isolada como ator político relevante na dinâmica política local a partir de 2000, vem se consolidando como a família que representa ideologicamente a agenda de partidos de centro-esquerda através do PT, mas não possui o monopólio do poder no interior do sistema partidário local, cujo perfil é heterogêneo e majoritariamente representado por partidos de centro-direita e direita através da força política do PL e União Brasil.

Com o fim das coligações proporcionais inseridas no pleito de 2020, os partidos com maior poder de voto não sentiram o impacto formal, tendo em vista que PL, União Brasil, PT, PDT e PSD, em comparação às eleições de 2016, asseguraram suas cadeiras na última eleição, com exceção do Cidadania que não manteve o desempenho. As mudanças nas regras eleitorais não abalaram as estruturas de dominação desses partidos.

Possíveis efeitos na conjuntura política dos partidos e da elite local demandará maior rotinização dessa nova regra. Por ora, os efeitos a curto prazo foram o recrutamento de outros partidos (Solidariedade, Republicanos e PP) e com estes, aumento relativo de representatividade política para as mulheres.

Os principais limites da pesquisa são de ordem metodológica, pois o estudo sobre o arranjo das mesas diretoras, tomadas de decisões, políticas públicas pautadas e votadas pelo grupo de vereadores reeleitos permitiria articular o poder de decisão dessas lideranças a partir da produção legislativa e a força de seus partidos no jogo político institucional, destacando-se certas estratégias mobilizadas pela elite política local.

Outro aspecto que deve ser encorajado em futuras pesquisas é o estudo do perfil sócio-ocupacional dos prefeitos eleitos ao longo dessa série histórica, as respectivas legendas partidárias e como a relação entre o poder legislativo e poder executivo se articulam no processo de formação da elite política local. Esses possíveis estudos podem ser aprofundados

através de pesquisas documentais na Câmara de Vereadores e articulação com o método decisional e o neoinstitucionalismo histórico.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos. **(Des) envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1996 a 2006)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010. 280 folhas.

ALCMS, **Área de Livre Comércio de Macapá e Santana/AP** – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento/Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais: SUFRAMA. 1ª ed. Manaus: SUFRAMA, 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/index.html>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.

BOLOGNESI, Bruno. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.66 (2), 2023. pp. 01-29.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, mai./ago., 2014, pp. 255-295.

CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles. Zona Franca Verde de Macapá e Santana: política de desenvolvimento regional para o Estado do Amapá. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 22, n. 3, p. 162-179, dez. 2020.

CODATO, Adriano. Metodologia para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p. 15-30.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987. Seção 1 - 18/12/1987, Página 21982. **Câmara dos deputados**, 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7639-17-dezembro-1987-368090>>. Acesso em: 05 out. 2020.

FARIAS Filho, M. C. Elites políticas regionais: contornos teóricos-metodológicos para identificação de grupos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, nº 77, p. 175-188, 2011a.

FARIAS Filho, M. C. Mapeando elites políticas em regiões amazônicas. **Psicologia Política**, vol. 11, nº 21, pp. 29-44, jan. – jun., 2011b.

GALINDO, Alexandre Gomes. **Participação social no desenvolvimento de políticas públicas no Estado do Amapá**: um olhar sobre a elaboração e execução do Plano Plurianual

de Macapá-AP no período de 2013 a 2016. 2017. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Humanidades Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/3610/alexandrev10n2.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 337-365.

MARQUES, M. S.; LEAL, J. L. S. Aspectos sociais de uma elite política do Amapá. In: II Encontro Internacional de Sociologia, Política, Direito e História Intelectual., 2020, São Paulo. **Anais do II Encontro Internacional de Sociologia, Política, Direito e História Intelectual**. São Paulo: Editora Sociologia, Política e Cidadania., 2020. v. 1. p. 284-305.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora UNB, 1982.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: _____. SOUZA, Amaury de. (Org.). **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PARETO, Vilfredo. **Tratado de Sociologia Geral**. São Paulo: Ática, 1984.

PORTO, Jadson. *et. al.* Macapá e Santana (AP): interações espaciais de duas cidades médias na fronteira setentrional amazônica. **Observatório Geográfico da América Latina**, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/139.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

REIS, M. V. F., *et al.*; Mapeamento das Elites no Estado do Amapá: Governo e Deputados Estaduais de 1994-2014. O que mudou? In: **Política, Cultura e Sociedade na contemporaneidade**. Bastone, Paula de.; *et al.*, (Org.) – Macapá: UNIFAP, 2018. pp. 08-23.

SANTANA. Câmara Municipal de Santana. **Portal do Legislativo Municipal Santanense**. Disponível em: <https://santana.ap.leg.br/institucional/historia>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.

GOOGLE EARTH. Santana – AP. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-0.0355298,-51.1888761,8302.98879042a,7924.07715048d,30y,0h,0t,0r/data=MigKJgokCiAxVFRXekdXQk5tTjRsQlcyLVNVVRW4yZzJvVnJBEDNEZyACOGMKATA> Acesso em: 02 dez. 2023.